

COMUDA
Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool
Reunião Ordinária
03 de Março de 2015

Sala de Reuniões – Galeria Olido – 8º andar, Centro – São Paulo/SP.

Presentes:

MEMBROS TITULARES E SUPLENTES: AIRTON JOSÉ MARANGON (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC); CAIO YAMAGUCHI (SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS – SNJ); EUCLIDES CONRADIM (GUARDA CIVIL METROPOLITANO-GCM); LEONARDO PENAFIEL PINHO (ASSOCIAÇÃO INCLUI MAIS); INÊS MINDLIN LAFER (REDE PENSE LIVRE); ROGÉRIO FERNANDO TAFFARELLO (INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS – IBCCRIM); FERNANDA VALENTE SCHULTZ (INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE – AIJF); RENATO DEL SANT (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREMESP); MARIA ELIZABETH TASSINARI (CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRF/SP).

OUTRAS PRESENCAS E CONVIDADOS: ALCIONE (FUNDAÇÃO PORTA ABERTA); MAURO ESPINOLA (FUNDAÇÃO PORTA ABERTA); ADRIANA PAUPITZ (FUNDAÇÃO PORTA ABERTA); MARIA SILVA CAVASI (SMF/SAÚDE ESCOLAR); MAURICIO MAUNUTTO FERRANIS (SMSU – GCM); ALEXANDRE PACHECO MARTINS (IBCCRIM); RODRIGO (CASA DE PASSAGEM); RAFAEL MARTINS (INSTITUTO DOS MENSAGEIROS);

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: CRISTINA MARIA VISCOME (SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMADS).

PAUTA:

- 1) Planejamento 2015;
- 2) Regulamentação das Comunidades Terapêuticas;
- 3) Informes.

Abertura: O Sr. Caio Yamaguchi (SNJ) iniciou a reunião cumprimentando a todos e desejou boas-vindas aqueles participantes que estão na reunião pela primeira vez. **1) Planejamento 2015:** O Sr. Caio Yamaguchi relatou que iniciaram o Planejamento 2015 refletindo sobre quais temas seriam mais relevantes e que, realizaram uma divisão entre temas nacionais e temas municipais, sendo que a partir desses temas, foi dividido em quais ações que deviriam tomar para efetivar as reflexões. Disse que posteriormente foi dividido em ações específicas para a juventude, uma vez

que não conseguiram continuar os temas referentes à comunicação do Conselho, e em outros temas mais específicos como: projeto de fortalecimento do Conselho Municipal, eventos que serão realizados ao longo do ano, Grupos de Trabalhos, organização das reuniões e participação em outras instâncias e os materiais que serão produzidos. O Sr. Leonardo Penafiel Pinho (Presidente do COMUDA) solicitou que os participantes se apresentem para finalizarem as questões do Planejamento. Após as apresentações, o Sr. Caio Yamaguchi ponderou que no Planejamento de 2015 os temas que teriam relevância nacional seriam: a regulamentação das comunidades terapêuticas, uso medicinal de maconha, as novas legislações sobre os recreativos e o uso de drogas sintéticas; e no municipal seriam: pensar em uma fórmula de avaliação do programa “De Braços Abertos”, acompanhar os debates de drogas e os projetos de lei relacionados na Câmara Municipal, articular com a sociedade em especificamente com as Universidades e Instituto de Tecnologia o debate da redução de danos. Relatou que as ações municipais seriam: instituir uma Comissão de Políticas Públicas para assumir o monitoramento de álcool e droga no Município articulando intersecretarialmente, formular o mapeamento e o planejamento da política em geral, formular um Plano Municipal de redução de danos, levantar dados por meio de estudos sobre uso de drogas e álcool, fazer intervenções para imprimir uma cultura de redução de danos, articulação com as lideranças e com as Secretarias de Governo e acolher um Fórum de diálogo com a sociedade. Com relação às ações específicas da juventude, disse que foi trazido pela Guarda Civil Metropolitana à questão do uso de lance perfume na periferia, em que foi pensando em realizar um diálogo com as entidades que são associadas com esses eventos para fazer uma articulação para trazer o problema público na linha de redução de danos. Ressaltou que faltou pensarem em estratégias de comunicação e que, o fortalecimento do Conselho Municipal é uma discussão que está sendo realizada desde 2014, em que foi discutida a construção do Regimento Interno. Informou que a ideia é trabalhar em um Projeto de Lei que se adegue, inclusive, a orientação da Política Municipal de Participação Social para fortalecer os espaços colegiados. Nos eventos, foi pensando na Conferência Municipal de Álcool e Drogas que está previsto para acontecer em novembro de 2015, trabalhar no documento da Conferência de 2013 para seu aperfeiçoamento e construir a Conferência Municipal através da realização de Pré-Conferências que mobilizará as diversas regiões de São Paulo. O Sr. Caio Yamaguchi ponderou que em 2014 havia uma perspectiva de realização de um grande Congresso Internacional, visto que realizaram uma Conferência de dois dias em que convidaram

uma série de Prefeituras da Região Metropolitana, o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Drogas e alguns pesquisadores internacionais para debater sobre o programa “De Braços Abertos”. Explicou que houve a orientação de realizar a Conferência e o Congresso Internacional na mesma semana para que os esforços não sejam duplicados e informou que terão que repensar sobre o modelo do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas e de Comunicação, se seria o caso de destacar grupos responsáveis ou em uma forma matricial para trabalhar as agendas coletivamente. Comunicou que foi mantido as reuniões ordinárias mensais e quando for necessário, a assessoria e a Presidência convocariam reuniões extraordinárias e que, terão um nível de participação e audiência no Conselho de Direitos Humanos. Questionou aos presentes se os temas da Política Nacional e da Municipal que foram levantados inicialmente contemplam as expectativas. O Sr. Mauro Espinola (Porta Aberta) entendeu que seria interessante compreender dentro das Políticas que forem definidas para as drogas, o papel das organizações sociais. O Sr. Leonardo Penafiel Pinho relatou já incorporarão esse item e esclareceu que a ideia é relacioná-lo com o Novo Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil que está em debate. E não havendo nenhuma contribuição com relação aos temas, seguiram para sugestões com relação às ações da juventude. A Sra. Maria Silvia (SME) propôs que talvez coubesse uma parte de promoção da saúde e prevenção e o Sr. Renato Del Sant (CREMESP) sugeriu realizar um debate no Conselho sobre o “Juventude Viva” que é a Política Nacional voltado a juventude e sobre a Política de Drogas do Brasil. O Sr. Euclides Conradim (GCM) relatou que poderiam abordar sobre o alcoolismo perante o público infanto-juvenil e o Sr. Leonardo Penafiel Pinho compreendeu que o COMUDA precisa fazer um diálogo com a Prefeitura para realizar uma campanha municipal a respeito da prevenção e do uso abusivo de álcool, principalmente na juventude. A Sra. Maria Silvia sugeriu inverter o termo “drogas e álcool” para “álcool e outras drogas” para maior foco no álcool. O Sr. Leonardo Penafiel Pinho informou que a ideia é colocar os temas para debate em cada Reunião Ordinária do COMUDA para terem um posicionamento e no caso de campanhas e para poderem deliberar outras ações. Com relação às estratégias de comunicação, o Sr. Caio Yamaguchi comunicou que criaram uma página do COMUDA no *facebook*, que tem ganhado grande adesão e questionou quais outras medidas de promoção do Conselho e de suas reflexões poderiam ser adotadas. A Sra. Inês Lafer (Rede Pense Livre) relatou que foi combinado na última reunião que seria enviada o planejamento, pelo menos para todos os Conselheiros, mas informou que não recebeu

nenhum arquivo. O Sr. Caio Yamaguchi afirmou que enviará o Planejamento e o Sr. Leonardo Penafiel Pinho notificou que, de qualquer forma, a Coordenação do COMUDA terá que se reunir para transformar as ações do Planejamento em um calendário e sugeriu incluir campanhas digitais nas estratégias de comunicação. Com relação à questão do fortalecimento municipal, Sr. Caio Yamaguchi ponderou que seria bom tirar como indicativo de realizar uma reunião específica para esse tema, para colher as contribuições e reflexões. O Sr. Leonardo Penafiel Pinho compreendeu que a Conferência Municipal e o Congresso Internacional são suficientes como agenda e propôs que ao invés de elaborarem Grupos de Trabalhos, sejam elaborados Grupos por ações do calendário para contemplar o Planejamento. O Sr. Caio Yamaguchi relatou que as pendências ficaram para a próxima reunião para realizarem todas as contribuições para organizarem dentro do calendário. Após algumas discussões, os participantes decidem que as contribuições sejam enviadas antes da próxima reunião. O Sr. Mauro Espinola compreendeu que poderiam realizar um trabalho de priorização e de encadeamento para facilitar a execução e a Sra. Inês Lafer solicitou esclarecimento sobre a Conferência e sobre o Congresso Internacional. O Sr. Leonardo explicou que o COMUDA é responsável por organizar a Conferência e que, tudo que for relacionado ao orçamento será com a Secretaria de Direitos Humanos e o Sr. Caio Yamaguchi acrescentou que no ano passado o Encontro Internacional foi financiado pela Assessoria de Drogas. Com relação à produção de material, o Sr. Leonardo Penafiel Pinho informou que há uma destinação de recursos da Assessoria de Drogas da Secretaria de Direitos Humanos para cartilha e *folders* para o COMUDA, sendo que a única responsabilidade do Conselho é elaborar o conteúdo diante os temas propostos. Relatou que as Pré-Conferências é a mobilização mais importante do COMUDA. Com relação aos Projetos Leis, disse que a proposta de levantamento do que existe na Câmara sobre a Política de Álcool e Drogas precisa ser apresentada para o Conselho após a finalização do Planejamento e que, existe a proposta de que o Conselho tenha um processo eletivo para a Sociedade Civil. O Sr. Caio Yamaguchi acrescentou que existe outra proposta de elaborar uma emenda no PL atual para incluir uma cadeira para a Secretaria de Direitos Humanos no Conselho. O Sr. Leonardo Penafiel Pinho encaminhou que o documento será enviado essa semana. **2) Regulamentação das Comunidades Terapêuticas:** O Sr. Leonardo Penafiel Pinho relatou que existe um forte debate no Conselho Nacional de Drogas sobre a regulamentação das comunidades terapêuticas e esclareceu que será aprovada no dia 10 e 11 de março em Brasília na reunião do Conselho Nacional.

Realizou um breve resgate sobre a história dessas comunidades e disse que também está em debate no Ministério da Justiça a regulamentação, sendo que existem dois campos, o primeiro com relação à compreensão que é adequado o processo de regulamentação pelas federações, as sociedades representativas das Comunidades Terapêuticas e alguns Conselhos Profissionais. O segundo com relação à compreensão que não é adequado a regulamentação dentro do Conselho Nacional de Drogas e no Ministério da Justiça pelos setores acadêmicos, Conselhos Profissionais, Movimento Sociais do campo do SUS e do SUAS. Ponderou que a discussão é se a regulamentação desses espaços de cuidado deve ser feito pelo Ministério da Justiça e dentro do Conselho Nacional de Drogas da Secretaria Especial de Drogas do Ministério da Justiça e quem fará a fiscalização. Informou que há duas Conferências que possuem posições contrárias ao financiamento público das Comunidades Terapêuticas, que é a XIV Conferência Nacional de Saúde e a IV Conferência Nacional de Saúde Mental, por haver várias denúncias de violação de direitos nessas comunidades. Questionou se os Conselhos Profissionais de Farmácia e de Medicina tomarão algum posicionamento e o Sr. Renato Del Sant respondeu que no CREMESP na discussão da Câmara Técnica de Psiquiatria existe o entendimento que as Comunidades Terapêuticas não são um órgão médico, não tendo ações de fiscalização do CRM e do CRF. Ressaltou que preocupam com as internações involuntárias e com a contratação de médicos, mesmo em situações degradantes. O Sr. Mauro Espinola compreendeu que desvincular as Comunidades Terapêuticas de uma estrutura de decisões de política poderá ser o maior erro que estão cometendo, por existir claramente várias dúvidas com seria a melhor maneira de tratar os doentes mentais e que, o COMUDA poderia explicitar que realmente o não alinhamento a uma estrutura de decisões políticas pode trazer uma proteção excessiva para as Comunidades Terapêuticas que terão verbas e por outro lado, sem condições de criar um direcionamento cada vez melhor para as mesmas. A Sra. Alcione entendeu que precisam pelos tirar algumas diretrizes para as Comunidades Terapêuticas e o Sr. Leonardo Penafiel Pinho se posiciona com relação à entidade que representa, dizendo que a prioridade hoje no Brasil a respeito de recursos públicos deveriam ser direcionadas para os equipamentos públicos do SUS e do SUAS e que lhes preocupa a ausência de profissionais nessas comunidades e o formato da regulamentação, por está sendo feito por uma Secretaria que não possui uma estrutura nos Estados e Municípios que dê conta da fiscalização. Relatou que a posição que tomaram foi que isso deveria passar obrigatoriamente pelo SUS e pelo SUAS, porque possuem uma dimensão

nacional e ressaltou que são contra o processo de regulamentação e exigem um debate mais amplo na sociedade envolvendo de forma estruturada os Conselhos Profissionais, em especial os Conselhos que envolvem os temas da saúde e da assistência social. Após algumas discussões, a Sra. Inês Lafer compreendeu que existe uma concordância que o local de discussão sobre a regulamentação das Comunidades Terapêuticas deveria ser nas Políticas Públicas de Saúde e de Assistência Social e sugeriu subscrever os posicionamentos que os outros Conselhos já fizeram e depois aprofundar a discussão. O Sr. Leonardo Penafiel Pinho relatou que o questionamento será sobre o processo que está centralizado na Secretaria Especial de Drogas e do financiamento público, que deveria estar direcionado para os sistemas de direitos, não entrando na discussão de fato, sendo que o terceiro ponto é a preocupação em relação à violação de direito que ocorrem de forma sistemática. Informou que há uma perspectiva de ampliação do prazo do debate para dar maior oportunidade para os Conselhos Estaduais e Municipais aprofundarem os suas discussões. O Sr. Mauro Espinola sugeriu, caso o debate seja prorrogado, convidar o Dr. Vitor ou o responsável pela coordenação para participar de uma reunião do COMUDA, para exporem claramente os questionamentos. O Sr. Caio Yamaguchi relatou que seria uma cautela por parte da Sociedade Civil e dos Conselhos recomendar a Secretaria Nacional que o debate seja feito em outros termos, no âmbito da saúde e da assistência social. A Sra. Fernanda Valente (Instituto Sedes Sapientiae) ressaltou que no âmbito da saúde houve uma Portaria do Ministério da Saúde de desinstitucionalização nacional, juntamente com a aceleração do processo de regulamentação de Comunidades Terapêuticas que o priori é institucionalizantes. O Sr. Caio Yamaguchi afirmou que irão subscrever recomendando cautela a Secretaria Nacional, ficando como tarefa da Secretaria Executiva do COMUDA de incluir o debate da regulamentação e criar uma agenda para aprofundarem a discussão sobre o tema. **3)**

Informes: o Sr. Rogério Taffarello convidou a todos para participarem do evento de lançamento do Livro “Práticas Integrativas na Aplicação do Artigo 28 da Lei de Drogas” no Lago de São Francisco no auditório do primeiro andar, as 17h00. O Sr. Leonardo Penafiel Pinho informou que no dia 09 de março as 15h00 na Rua Helvetia no Programa “De Braços Abertos” será iniciado mais uma das atividades de inclusão utilizando a capoeira como uma das formas de trabalhar. O Sr. Caio Yamaguchi comunicou que a próxima reunião será realizada no dia 07 de abril no mesmo horário, sendo que o local será comunicado por *e-mail*. **Encerramento:** O Sr. Caio Yamaguchi agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Encaminhamentos e Decisões:

- 1 – Envio do Planejamento para os Conselheiros nessa semana;
- 2 – Envio de sugestões para o Planejamento antes da próxima reunião;
- 3 – Definição do calendário do Planejamento.

Caio Yamaguchi

Primeiro Secretário do Conselho de Drogas e Álcool